

HOJE TEM ENCONTRO ESTADUAL EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Nesta quarta-feira (16), às 18 horas, no auditório do TRT-SC, o Sintrajusc promove o Encontro Estadual em Defesa da Justiça do Trabalho, que terá como palestrante o Desembargador Marcelo José Ferlin D’Ambroso, do TRT4.

Ao final da atividade, os colegas presentes também irão escolher até cinco representantes para o Encontro Nacional de Servidores da Justiça do Trabalho, promovido pela Fenajufe, que será nos dias 26 e 27 de outubro, em Brasília (veja no verso).

Na semana passada, o deputado federal Paulo Eduardo Martins (PSC-PR) apresentou Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para unificar a Justiça do Trabalho à Justiça Federal e o Ministério Público do Trabalho (MPT) ao Ministério Público Federal (MPF). O deputado chegou a coletar assinaturas na Câmara dos Deputados, mas anunciou a desistência da proposta alegando o “impacto negativo” à ideia.

SEM JUSTIFICATIVA

Além de ser uma PEC completamente incongruente, os argumentos do deputado não se sustentam. Ao alegar que a Justiça do Trabalho “sobressai como o maior e o mais caro dos ramos do Poder Judiciário da União”, o parlamentar se esquece de que, em 2018, a JT arrecadou mais de R\$ 9 bilhões para os cofres públicos da União – exatos R\$ 9.034.212.083,06. Os números são da Secretaria de Comunicação Social do Tribunal Superior do



Palestrante:
Desembargador Marcelo José Ferlin D’Ambroso
(TRT4)

Trabalho, com base em dados reunidos pela Corregedoria-Geral do TST. O valor consiste na soma das custas e emolumentos incidentes sobre os processos e multas aplicadas pela fiscalização do trabalho; e contribuições previdenciárias e Imposto de Renda devidos por condenações fixadas pelo Judiciário Trabalhista.

Outro aspecto tratado no texto da PEC é a “morosidade” da Justiça do Trabalho. Novamente o deputado equivoca-se ao não conferir o relatório Justiça em Números 2019, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que indica que, em média, uma reclamação trabalhista é julgada em nove meses. Média de 1 ano e 10 meses nas varas federais; 2 anos e 4 meses nas varas estaduais; 5 meses nos

Tribunais Regionais do Trabalho e 1 ano e 2 meses no Tribunal Superior do Trabalho. Um dos menores prazos registrados no Judiciário brasileiro.

ATAQUES NO PASSADO

O Sintrajusc esteve à frente da luta contra a extinção da Justiça do Trabalho em 1999, quando o então presidente do Senado, senador Antônio Carlos Magalhães, durante as discussões relacionadas à reforma do Judiciário, apresentou emenda constitucional para terminar com a JT por considerá-la “supérflua”. A luta em defesa da JT teve êxito.

Encontro nacional será nos dias 26 e 27 de outubro em Brasília

Servidores e servidoras da Justiça do Trabalho de todo o país estarão reunidos em Brasília nos dias 26 e 27 de outubro. O encontro será o momento de analisar a conjuntura atual e o cenário de ataques postos contra a JT com o objetivo de não só combatê-los, mas principalmente proteger e preservar este que é um dos maiores patrimônios sociais do Brasil.

Pelo Sintrajusc irão os servidores indicados no Encontro Estadual em Defesa da Justiça do Trabalho, a ser realizado nesta quarta-feira (16).

Criada no governo de Getúlio Vargas em 1941, a Justiça do Trabalho tem DNA legitimamente brasileiro e seu principal viés é orientado a equilibrar as relações trabalhistas entre patrões e empregados. Frente ao poderio econômico, é preciso que a justiça seja o diferencial a impedir a objetificação desmedida do trabalhador.

Mas por contrariar interesses econômicos e grupos poderosos que alternam entre si o controle político do país, a Justiça Trabalhista sempre foi alvo da investida criminosa daqueles que tentam, a todo custo, submeter a condições degradantes o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

O argumento – falacioso e mal intencionado – é sempre o mesmo: “o empregado tem muitos direitos e isso emperra o desenvolvimento econômico no Brasil”.

Um dos atos mais marcantes ocorreu em 18 de junho de 1999, organizado pelo Sintrajusc e a Amatra na frente do TRT-SC. O ato foi gravado e está em [youtube.com/sintrajusc](https://www.youtube.com/sintrajusc) como parte do acervo digital do Sindicato.

Em 2017, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ao defender a mudança da legislação trabalhista e reclamar do excesso de regras para a relação entre patrão e empregado, sugeriu que a Justiça do Trabalho “não deveria nem existir”.

Diante das novas ameaças, o Sintrajusc convoca a categoria a participar das atividades de mobilização, em especial o encontro desta quarta-feira.

E é nesse contexto que a Justiça do Trabalho tem sido alvo de ataques, os mais recentes no governo Temer e, agora, sob Bolsonaro, por iniciativa de um deputado da base do governo, apresentando uma PEC que extinguiu a pasta.

É com esse pano de fundo – em que um dos maiores patrimônios sociais do Brasil, a Justiça do Trabalho, está sob constante ataque, ameaçada e já sucateada pelo teto dos gastos – que a FenaJufe convocou o Encontro Nacional dos Servidores e Servidoras da JT.

PROGRAMAÇÃO

A programação do encontro já tem definido um painel sobre o Combate ao Desmonte do Estado e a Destruição da Legislação de Proteção Social, com a magistrada Valdete Souto Severo, presidente da Associação Juizes para a Democracia (AJD).

Em outro painel, a ser conduzido pela Secretária-Geral do CSJT, Márcia Lovane Sott, será tratada a Reestruturação da Justiça do Trabalho e Orçamento.

Também será abordada a situação da JT frente aos ataques orquestrados, tendo como palestrante Alessandra Camarano Martins, presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT).